

# PERCEPÇÕES DE ALUNAS SOBRE POLÍTICA, GÊNERO E MOVIMENTOS ESTUDANTIS EM ESCOLA PÚBLICA DE PORTO ALEGRE/RS

Percepciones de las estudiantes sobre política, género y movimientos estudiantiles en una escuela pública de Porto Alegre/RS

Female students' perceptions on politics, gender and student movements in a public school in Porto Alegre/RS

## RESUMO:

*O presente artigo é resultado de uma pesquisa que objetivou investigar a participação das mulheres na política, buscando analisar como se dá a representatividade de jovens implicadas com o tema e os possíveis movimentos que podem ocorrer dentro do ambiente escolar, tensionados por alunas do ensino médio de uma escola pública de Porto Alegre/RS. Esta discussão se deu a partir de um grupo focal, no qual publicações da rede social Instagram acerca da temática “mulheres na política” foram apresentadas às alunas. Após esta etapa, foi realizada análise de similitude com o corpus formado pelas percepções das jovens por meio do software Iramuteq. Os principais resultados apontam a motivação por parte da juventude atual, entretanto, encontram-se dificuldades que perpassam questões acerca da realidade conservadora brasileira, bem como o modelo educacional proposto pelas escolas atualmente. Diante disso, é fundamental o ensino do espaço escolar como um ambiente de promoção da cidadania.*

**Palavras-chave:** Política; Juventude; Gênero; Escola.

## RESUMEN:

*Este artículo es el resultado de un estudio que tuvo como objetivo investigar la participación de las mujeres en la política. Se buscó analizar la representación de las jóvenes involucradas en este tema y los posibles movimientos que pueden surgir en el ámbito escolar, según el cuestionamiento de alumnas de secundaria de una escuela pública de Porto Alegre/RS. Este debate surgió de un grupo focal en el que se presentaron a las estudiantes publicaciones de la red social Instagram sobre “mujeres en la política”. Posteriormente, se realizó un análisis de similitud con el software Iramuteq sobre el corpus de percepciones de las jóvenes. Los principales resultados apuntan a la motivación de la ju-*

## CAROLINE GONÇALVES NASCIMENTO

<http://orcid.org/0000-0003-4789-9474>

Doutora em Psicologia, Colaboradora do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais no Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil  
E-mail: [carolineegn@gmail.com](mailto:carolineegn@gmail.com)

## DAMIÃO SOARES DE ALMEIDA -SEGUNDO

<https://orcid.org/0000-0003-2407-0583>

Doutor em Psicologia, Pós-doutorando no Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil  
E-mail: [damião.soares@gmail.com](mailto:damião.soares@gmail.com)

## ISADORA GRAEFF BINS ELY

<https://orcid.org/0000-0001-7866-6679>

Psicóloga, Colaboradora do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais no Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil  
E-mail: [isadorabinsely@gmail.com](mailto:isadorabinsely@gmail.com)

Continua na próxima página ↓

DOI: 10.5935/2175-1390.v25e25259



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

**ANGELO BRANDELLI COSTA**

<https://orcid.org/0000-0002-0742-8152>

Doutor em Psicologia, Professor dos Programas de Pós-graduação em Psicologia, Pós-graduação em Ciências Sociais e Pós-graduação em Medicina e Ciências da Saúde na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Coordenador do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais, Porto Alegre/RS, Brasil  
E-mail: angelobrandellicosta@gmail.com

*ventud actual. Sin embargo, se encuentran desafíos que permean cuestiones relacionadas con la realidad conservadora de Brasil, así como con el modelo educativo que proponen las escuelas. Por lo tanto, es fundamental enseñar el entorno escolar como un espacio para promover la ciudadanía.*

**Palabras clave:** Política; Juventud; Género; Escuela.

**ABSTRACT:**

*This article is the result of a research that aimed to investigate women's participation in politics. It sought to analyze the representation of young women involved in this issue and the potential movements that may occur within the school environment, as challenged by high school students at a public school in Porto Alegre/RS. This discussion took place from a focus group, in which publications from the social network Instagram about the theme "women in politics" were presented to the students. After this stage, a similarity analysis was carried out with the corpus formed by the young women's perceptions using the Iramuteq software. The main results point to the motivation of today's youth. However, challenges that permeate issues regarding Brazil's conservative reality, as well as the educational model currently proposed by schools. Therefore, it is essential to teach the school space as an environment for promoting citizenship.*

**Keywords:** Politics; Youth; Gender; School.

## INTRODUÇÃO

O papel da mulher na sociedade durante a virada do século XIX para o XX é marcado pela complexa união das transformações com a continuidade dos valores conservadores, que considerava a mulher secundária em relação aos homens (Jesus & Almeida, 2016). De acordo com Monica Karawejczyk (2020), a manutenção desta lógica se dá devido ao impedimento à educação, a interdição para o acesso das mulheres à educação superior e a representação delas na política feita por parte dos homens. A escola se responsabiliza por um papel fundamental na formação do indivíduo, principalmente no que tange à formação dos valores acerca do lugar ocupado na sociedade, pois é nesse espaço que crianças e jovens passam boa parte de suas vidas (Fialho & Sousa, 2019). No entanto, por mais que o ambiente escolar tenha o papel de educar e formar sujeitos comprometidos com um país menos desigual, acaba por reproduzir comportamentos discriminatórios que por vezes são naturalizados desde a infância.

Os princípios básicos da política educacional brasileira, apontados na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Constituição da República 1988; Lei nº 13.005/2014) indicam a necessidade de uma ação pública, que assegurada por meio de estratégias possibilite aos estudantes não apenas o ingresso e a permanência nas escolas, mas que possam usufruir dos ambientes escolares com as mínimas condições de funcionamento. Desta forma, para o decênio 2014-2024, o Plano Nacional da Educação (PNE) apresentou metas para que o Brasil atingisse uma Educação com qualidade e equidade.

A educação formal propõe-se a um processo significativo na constituição do sujeito, tendo em vista que é na interação social e nos espaços de troca, aprendizagens e reflexões dialógicas que é possibilitado que o indivíduo pense, questione, reflita sobre situações cotidianas que ocorrem no lugar da vivência, envolvendo diferentes culturas e espaços, ou seja, o que leva este sujeito a se constituir como cidadão (Oliveira et al., 2018). Porém, a educação vem sofrendo tentativas de controle e censura que acabam por atravessar de forma negativa o processo de formação da cidadania.

Desta forma, cabe mencionar a divulgação do Projeto de Lei nº 867 de 2015, intitulado como “Escola sem Partido” (ESP), que mesmo sendo considerado inconstitucional pelo STF em 2020, seguiu sendo um movimento civil atuante, principalmente em plataformas *online*, e também sob o nome de Programa Escola sem Partido. No que tange às ações propostas pelo Programa, o mesmo objetivava a proibição de disciplinas que possibilitasse a discussão das diferentes pautas políticas e sociais, desestimulando o debate e o pensamento crítico das alunas(os).

Referente ao processo educacional brasileiro e as diferentes formas de censura que perpetuam o ambiente escolar, cabe mencionar notícia veiculada em março de 2024, na qual uma diretora de uma escola em Santa Cruz do Sul/RS pediu a retirada do livro intitulado “*O avesso da pele*” de Jeferson Tenório das escolas, em nome dos “bons costumes” (*Portal G1*, 2024). Em novo ataque a mesma obra, a Secretaria de Educação do Paraná solicitou o recolhimento para a “produção de orientação e encaminhamentos pedagógicos a partir do livro”, sendo esta uma obra inscrita e avaliada pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD 2021) para ser trabalhado no ensino médio (*Portal CNN*, 2024).

Além dos percalços relacionados aos retrocessos que perpassam a realidade educacional brasileira, é necessário destacar as diferenças existentes na educação de homens e mulheres. Segundo Tereza Marques (2019), a educação que a mulher recebia era a principal causa da incapacidade feminina de entender questões políticas, o que poderia ser facilmente corrigido, caso as meninas recebessem desde cedo a mesma educação dos meninos. É notório o crescimento da participação das mulheres em diferentes áreas da sociedade, mas ainda assim são encontrados inúmeros desafios (Grossi et al., 2016). É perceptível que existem desequilíbrios relacionados ao lugar e ao papel desempenhado por homens e mulheres dentro da política (Simões & Amaral, 2020). Porém, a participação política das mulheres tem início com o fato de que, o direito ao voto e o direito a disputar eleições, não culminaram em condições igualitárias de participação (Biroli, 2018).

Estas dificuldades são frequentemente associadas às desigualdades de gênero ainda presentes na sociedade, principalmente em espaços acadêmicos e profissionais. Ao analisarmos a distribuição de

homens e mulheres por área de atuação, ao compararmos os salários médios para cada classe predominantemente feminina ou masculina e ao compararmos as horas que dedicadas às atividades domésticas não remuneradas, evidenciam-se disparidades (Barros & Mourão, 2018).

Segundo Juliana de Lima e Rosângela Schulz (2014), existe um desencorajamento da participação das mulheres na política, resultante das barreiras formais e simbólicas criadas pelo discurso masculino no contexto político, o qual é disseminado pela mídia. As autoras defendem que a mídia vincula a figura da mulher a feminilidade, família e beleza e que a figura masculina é vinculada ao público e administrativo, de modo em que para atuar no campo político, as mulheres precisam “masculinizar” seu comportamento para que suas decisões sejam respeitadas (Lima & Schulz, 2014). Para quebrar com esse paradigma instituído no panorama social, é importante que haja diferentes formas de representação das mulheres na mídia, além de uma inserção mais acentuada das mulheres em contextos políticos e posições de poder.

No campo da política, o conceito clássico de representação parte da ideia de assegurar que os eleitos representem os eleitores; entretanto, ao adentrarmos na perspectiva feminista pós-estruturalista, a concepção de representação se torna mais complexa (Rabenhorst & Camargo, 2013). A partir desta concepção, propõe-se, por exemplo, a quebra da imagem de uma mulher prototípica e estereotipada, limitada a uma função social e um padrão comportamental e estético em determinados contextos sociais e históricos. Eduardo Rabenhorst e Raquel Camargo (2013), embasadas na teoria de Judith Butler (1997) defendem a flexibilização da categoria “mulher”, reconhecendo que a mulher não existe como uma essência universal, havendo, entretanto, mulheres concretas, heterogêneas e múltiplas, as quais compartilham uma série de opressões, podendo assim, se organizar politicamente em prol de objetivos comuns.

Tendo em vista a importância de temáticas que possibilitem a construção de cidadania dentro do processo educacional brasileiro, o objetivo deste artigo é analisar como se dá a representatividade de jovens implicadas com o tema e os possíveis movimentos que podem ocorrer dentro do ambiente escolar, tensionados por alunas do ensino médio de uma escola pública de Porto Alegre/RS, a partir de relatos coletados por meio de um grupo focal em agosto de 2023.

## MÉTODO

O artigo “Percepções de alunas sobre política, gênero e movimentos estudantis em escola pública de Porto Alegre/RS”, é um recorte de uma pesquisa de doutorado que tem como foco a participação das mulheres na política, buscando analisar como se dá a representatividade de jovens implicadas com o tema. O estudo é situado em uma perspectiva que busca, em seus referenciais teóricos, uma relação entre movimentos estudantis, política e questões de gênero vivenciadas pelas alunas no decorrer de suas vidas. Assim, mais do que estabelecer um método de pesquisa, delimitou-se uma perspectiva teórico-metodológica com base em princípios que nos conduzem a diferentes compreensões do campo de pesquisa. Foram analisadas as vivências relatadas pelas participantes dentro do contexto educacional.

A pesquisa define-se por ser qualitativa e exploratória, na qual foi realizado um grupo focal com a participação de 10 jovens mulheres entre 15 a 17 anos em uma escola pública de Porto Alegre. Dentro deste grupo foram apresentadas publicações<sup>1</sup> acerca da temática, que foram divulgadas na rede social *Instagram*, em diferentes páginas. Em termos de rede social, o *Instagram* tem uma gama ampliada de funcionalidades. As(os) usuárias(os) dessa rede além de publicarem fotos pessoais, a utilizam muitas vezes como meio de trabalho. Chamados de criadores de conteúdo, essas pessoas fazem publicidade para marcas, divulgam seus trabalhos e/ou produtos, mobilizam seus seguidores com causas políticas e posicionamentos diversos, demonstrando que as redes sociais hoje em dia podem ir muito além daquele objetivo elementar de estabelecer relações pessoais. A escolha por uma rede social se deu por conta do consumo de notícias por jovens ter mudado, pois atualmente existem novos hábitos de consumo, como a utilização de plataformas digitais ao invés de mídias impressas (Passarelli, 2020).

---

1 As publicações utilizadas encontram-se disponíveis no seguinte link: <https://abrir.link/zUtbE>

Dessa forma, as publicações dessa rede social foram utilizadas como forma de tensionar as discussões a serem realizadas no grupo focal. As publicações foram selecionadas por critério de conveniência, levando em conta acontecimentos e notícias que vinham sendo publicados no decorrer da presente pesquisa. Mais do que discutir temáticas e explicar conceitos acerca do assunto, às vezes torna-se necessário ilustrar o que está sendo apresentado. Pensando nessa lógica, a ideia de apresentar publicações se deu também pelo fato de poder mostrar algo além da teoria para as participantes da pesquisa. Durante o grupo focal, as publicações foram apresentadas por meio de slides.

A escolha pelo método do grupo focal se deu, porque este instrumento de coleta de dados proporciona um importante recurso de interação grupal, que tem o papel de produzir e ampliar problematizações sobre um tema ou foco específico (Backes et al., 2011). Este instrumento permitiu que se conhecesse a percepção das jovens e os modos pelos quais as perspectivas delas são socialmente construídas.

Além disso, o grupo focal possibilita que se estimule o debate entre as participantes, permitindo que os temas discutidos sejam mais problematizados do que em uma situação de entrevista individual. Neste sentido, as participantes, de modo geral, ouvem as opiniões dos outros antes de formarem as suas próprias e, constantemente, mudam de posição, ou fundamentam melhor sua opinião inicial, quando envolvidos na discussão em grupo (Backes et al., 2011). O acesso às informações sobre como as relações sociais são vivenciadas pela “vida real” é privilegiado nos grupos focais (Barbour, 2009). Ivana Marková (2004) refere que o grupo focal é utilizado para entender como são compreendidas as experiências da vida cotidiana, e que normalmente um grupo focal é capaz de evocar algo de uma forma espontânea, de modo que essa forma em linguagem representa a construção de novos significados e a transformação de uma realidade em outra.

## PARTICIPANTES DO ESTUDO

A tabela 1, a seguir, apresenta as características sociodemográficas das participantes. A maioria delas tinha 17 anos, eram brancas, e de famílias com renda de 2-4 salários mínimos mensais e já haviam votado. Todas eram cisgênero e solteiras. Além disso, cinco eram heterossexuais e cinco com outras orientações sexuais, como homossexual, bissexual e panssexual. Quanto à orientação política, uma se identificou como de esquerda, cinco como de alguma das variações ideológicas do centro e três não tinham posição formada.

*Tabela 1. Características sociodemográficas das participantes*

Part	Idade	Sexo/ Gênero	Orientação Sexual	Estado Civil	Filhos	Renda Mensal	Residência	Raça/ Etnia	Já vo- tou?	Posição política
1	17	F/F	Bissexual	Solteira	Não	2-4	POA	Parda	Não	-
2	17	F/F	Bissexual	Solteira	Não	2-4	POA	Branca	Sim	Esquerda
3	17	F/F	Heterossexual	Solteira	Não	2-4	POA	Branca	Não	-
4	16	F/F	Heterossexual	Solteira	Não	4-10	POA	Branca	Não	-
5	15	F/F	Heterossexual	Solteira	Não	4-10	POA	Branca	Não	Centro
6	17	F/F	Homossexual	Solteira	Não	>20	POA	Branca	Sim	Centro Esq.
7	17	F/F	Heterossexual	Solteira	Não	4-10	POA	Parda	Sim	Centro Dir.
8	17	F/F	Bissexual	Solteira	Não	2-4	POA	Preta	Sim	Centro Esq.
9	17	F/F	Heterossexual	Solteira	Não	2-4	POA	Branca	Sim	Centro
10	17	F/F	Panssexual	Solteira	Não	2-4	POA	Branca	Sim	Centro Esq.

## PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O estudo foi projetado para aderir aos cuidados éticos exigidos pelas Diretrizes e Normas Regulamentadoras envolvendo pesquisas com seres humanos, previstas na Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde. O protocolo foi submetido ao Comitê de Ética da PUCRS e aprovado sob o número 58069922.0.0000.5336. Este estudo teve como foco a participação de jovens mulheres, uma população que requer atenção especial e considerações éticas adicionais. As participantes foram convidadas a participar e poderiam desistir a qualquer momento. Para assegurar a proteção e o consentimento informado dessas participantes, os responsáveis legais precisaram assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando a participação das jovens na pesquisa. Além disso, as participantes foram convidadas a assinar um termo de assentimento, reconhecendo sua compreensão e acordo voluntário para participar do estudo, após receberem uma explicação apropriada à sua faixa etária sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos envolvidos, os possíveis riscos e benefícios. O grupo focal foi gravado e transcrito com o consentimento das participantes, respeitando-se a confidencialidade e o anonimato.

## ANÁLISE DE DADOS

O *corpus* formado pela transcrição do grupo focal foi analisado por meio de Análise de Similitude com o IRAMUTEQ que apresenta *outputs* gráficos para facilitar a visualização dos resultados (Camargo & Justo, 2013). A análise de similitude mostra a frequência ponderada pela força da relação e da concorrência entre elas e permite criar comunidades temáticas considerando a frequência das palavras utilizadas, a afinidade semântica e o contexto em que elas se apresentam e o nível de relação entre elas. Trata-se, portanto, de uma abordagem considerada tanto quantitativa, pois analisa as palavras formando *clusters* pela frequência e relação de proximidade ou de distância; como qualitativa, pois cabe ao pesquisador dar significado às comunidades e às classes agrupadas.

## RESULTADOS

Por meio da análise de similitude, foram indicados três temas centrais que nortearam a discussão realizada no grupo focal. Estes serão apresentados a partir das percepções das jovens, que foram agrupadas nos seguintes temas: (A) Adequação (como dupla via de opressão); (B) Política; e (C) Avanços sobre opressão de gênero.

A Figura 1 apresenta o resultado da análise. No centro da imagem, em amarelo, termos como “achar”, “coisa”, “estar”, e “questão” formam uma primeira comunidade que agrupa expressões relacionadas com as opiniões das participantes. A partir desse núcleo, emergem ramificações para outros grupos temáticos. O primeiro deles, na parte de baixo da imagem, é a comunidade em vermelho, contendo palavras como “política”, “violência”, “gênero”, aponta para discussões mais específicas sobre políticas de gênero e a presença do machismo e da violência nas experiências políticas das mulheres. Além disso, termos como “machismo”, na comunidade em amarelo, e “ataque” e “misógino”, mostram a conexão entre as comunidades a partir da emissão das discussões no grupo focal acerca da opressão de gênero.

Acima da comunidade em amarelo existem duas comunidades em verde, formadas por palavras como “vez”, “falar”, “direito”, “gente” e “exemplo”, que indicam um primeiro eixo temático central, o qual é o da (A) Adequação. As meninas afirmaram que são cobradas a “falar direito”, “não falar alto”, não podem errar e precisam se provar para serem escutadas, e simultaneamente, se não se impõe, não são escutadas. O que configura um duplo padrão de opressão, pois somente uma pretensa submissão a essas cobranças, que, na verdade, são inatingíveis, fariam delas meninas “ideais”. Por outro lado, para serem ouvidas, precisam se colocar de forma mais incisiva. Cabe destacar, também, a centralidade na palavra “gente”, como um predomínio da expressão mais coletivista nas falas das jovens, sobrepondo a outras formas de fala, que poderiam, por exemplo, focar no “eu”.

**Figura 1. Rede de Relações: Política, Gênero e Movimentos Estudantis**



Conectada à comunidade verde central em “gente”, há um conjunto de palavras, em rosa, termos como “votar” e “saber” destacam o debate sobre a política e o conhecimento necessário para participação ativa. Assim, um segundo tema central é a (B) Política, especificamente centrada nos argumentos das jovens sobre como a habilitação para a participação política por meio do voto é algo que fundamenta a necessidade da discussão da política dentro das escolas. Portanto, se elas têm a capacidade de votar, devem debater o assunto, e a escola é o espaço ideal para isso, pois a internet é o campo em que isso tem acontecido, o que pode ser problemático (devido a *fakenews*, desinformação, vieses). Isso é reforçado, pelas expressões dentro da comunidade em azul-claro como “escola” e “internet”, que parecem refletir também as conversas sobre o papel da educação e da participação ativa na superação de questões de gênero na política. Por fim, na comunidade em roxo, termos como “mulher” e “homem”, reforçam a temática discutida no grupo focal, sobre gênero e política, e enfatizam um terceiro tema central, o qual é o dos (C) Avanços sobre opressão de gênero, o machismo e o sexismo. Segundo a percepção das jovens, há avanço no tema, com a ocupação de espaço pelas mulheres, mas há muito para progredir ainda na relação entre homens e mulheres para atingir a equidade.

## DISCUSSÃO

### ADEQUAÇÃO

Com o passar dos anos, as mulheres acumularam conquistas importantes no mercado de trabalho, mas por outro lado, as desigualdades históricas de gênero ainda persistem. Desta forma, pode-se dizer que as mulheres constituem minoria nas ocupações de maior *status* (Hryniewicz & Vianna, 2018). As alunas expuseram que muitas vezes precisam falar alto para serem respeitadas e que têm a impressão de que é necessário provar a todo tempo que são capazes, comportamento este que não ocorre com os homens.

*Porque quando a gente fala algo com um tom de voz alto parece que a gente está agindo errado, mas se eles falarem mais alto não tem problema.... A verdade é que a gente e as mulheres num geral sempre precisam dar o seu melhor em tudo, tem que ser estilo “princesa”, tipo perfeita, enquanto o homem por exemplo pode nem ser tão preparado para falar sobre algo e mesmo assim vai ter mais espaço e ser mais valorizado que a mulher, pelo simples fato de ser homem... Parece às vezes que a gente precisa ter muito mais do que conhecimento, a gente precisa se provar mais e ainda precisamos nos preocupar o tempo todo se estamos agradando, é uma responsabilidade que eles não tem. É complicado esse negócio, lá dentro machuca essas coisas. (Participante 2)*

*Para as mulheres na política sempre é mais difícil essa coisa de se posicionar e ser respeitada dentro de um espaço que elas são minoria. Eu já passei por uma situação em que precisei falar mais alto para ser ouvida e fui vista como mal-educada, mas infelizmente se a gente não gritar, ninguém nos escuta. (Participante 3)*

Flávia Biroli (2010), afirma que os estereótipos de gênero associados à mulher permeiam a vida privada, a esfera doméstica e a maternidade. Deste modo, corrobora a ideia dos papéis sociais convencionais relacionados às competências das mulheres e que são constantemente desvalorizadas. Nesse cenário, as jovens enfrentam um paradoxo. Enquanto a sociedade promove a narrativa de igualdade e incentiva as mulheres a buscarem ocupar lugares, as expectativas contraditórias quanto ao comportamento feminino permanecem fortes. Essas contradições também foram encontradas na pesquisa de Dulce Neves (2016), que identificou, a partir da análise de entrevistas com jovens, um forte duplo padrão de gênero entre a celebração da igualdade de gênero e o reforço da lógica binária normativa que dita modelos de conduta em função do gênero.

Especialmente, para o tema deste estudo, a cobrança de adequação social, em que a simples expressão de suas ideias é considerada um ato de desafio, é algo importante de se perceber nas falas das adolescentes. Pois, é um problema que pode agravar a opressão de gênero e as disparidades, principalmente se for uma crença levada para atividades ou espaços tradicionalmente dominados pelos homens, como a política.

A pressão por adequação a um comportamento aceitável, muitas vezes, entra em conflito com a necessidade de afirmarem suas vozes em domínios que valorizam a retórica agressiva e a assertividade, traços frequentemente valorizados nos homens, mas criticados nas mulheres (Biroli, 2018). Esse dilema de equilibrar a assertividade com as exigências de uma feminilidade tradicional, que é esperada delas, é um desafio e fonte de sofrimento para as jovens. Essa exigência por adequação costuma ir além da opinião e se estende ao próprio corpo e comportamento, como vestuário, postura, linguagem corporal - quase tudo pode se tornar alvo de críticas.

### POLÍTICA

O número de eleitores jovens é o maior da história do país, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral. Mais de 2 milhões de brasileiros de 16 e 17 anos, que não são obrigados a votar, tiraram o título de eleitor e foram às urnas em 2022 (*Portal GI, 2024*).

Desta forma, os movimentos sociais e as discussões sobre política estão cada vez mais presentes quando se trata de jovens aptos a votar ou prestes a darem seu primeiro voto. Como consequência, os debates sobre essas temáticas aparecem com frequência nas falas das alunas, as quais apresentaram diversos questionamentos sobre o tema.

Nesse sentido, as alunas apontam que se elas já têm idade para votar e ainda encontram-se na escola, este deveria ser o local apropriado para possibilitar discussões acerca dessa temática. Mariana Brasil, Sabrina Cúnico e Angelo Costa (2022) referem a importância da escola tornar-se o ambiente disposto a debater e problematizar temáticas que contribuem e estimulam o pensamento crítico. No entanto, por conta da ausência destas discussões em sala de aula, as alunas pontuam que costumam buscar informações por meio da internet, o que acaba se tornando arriscado, considerando o número elevado de notícias falsas que são constantemente disseminadas em redes sociais (Paula et al., 2018).

*Acho que tem muito da divisão direita e esquerda e dessa disputa. Também acho que com nós estudantes do ensino médio não é comentado sobre política, não falam sobre política com a gente e às vezes muitas pessoas não tem uma base para poder falar sobre e só vai conseguir ter uma base acessando conteúdos pela internet e que sabemos acaba tendo conteúdos ali que não são verdades também, então essa divisão e essa coisa de ideologia também acaba confundindo e não sendo real, sabe. (Participante 6)*

No trecho abaixo, quando a participante 6 refere que “alguns familiares não gostam porque acham que os professores estão ali para influenciar na tua escolha”, fica nítida a influência de movimentos como o “Escola sem Partido”. O movimento Escola sem Partido baseia-se em valores morais conservadores, entendendo a escola como um lugar de disputa com a autoridade da família e defendendo o fim da “contaminação político-ideológica” das escolas brasileiras (Miguel, 2016; Rodrigues & Resende, 2020). Dito movimento age na contramão do que deveria ser proposto nos espaços educativos, que é o estímulo a pautas políticas e sociais, tendo em vista que a maioria das participantes deste estudo estão aptas a votar e questionam uma certa incoerência no fato de não poderem falar sobre política em sala de aula.

*Outra coisa que não concordo e acho completamente incoerente, se com 16 anos já podemos votar e com essa idade ainda estamos na escola, por que não podemos conversar sobre esse assunto em aula? Teoricamente deveríamos ter uma base já na escola, né? Só que ainda é muito mal visto isso, né? Alguns familiares não gostam porque acham que os professores estão ali para influenciar na tua escolha, né? Eu acho que vai muito além disso, não é? Eles não vão ter que dizer em que a gente tem que votar porque não é isso que estamos pedindo. Mas ao menos explicar, por exemplo, o que cada um faz, o que um vereador faz? o que um prefeito faz? Qual a função de cada cargo? Acho que é nosso direito ter essas informações sobre política, porque se não a gente vai só receber um panfletinho na hora de votar sem saber quem é aquela pessoa e o que ela pretende fazer por nós. (Participante 6)*

Outra questão importante mencionada pelas jovens, foi a existência de um ‘Grêmio Estudantil’ na escola. As alunas referiram que este movimento já ocorreu, porém, foi extinto e não teve continuidade. Carla Almeida, Lígia Lüchmann e Ednaldo Ribeiro (2012) incluem os movimentos estudantis como uma das importantes bases sociais do recrutamento político no Brasil, tanto para homens como para mulheres.

*Acho que foi porque não se interessavam muito, né? Até seria algo bom de ter aqui, uma coisa que representasse os estudantes, porque nós somos cerca de 2000 alunos aqui e tem muitas questões que gostaríamos de trazer para ser ouvidos, mas as questões ficam abafadas, na verdade a escola sai perdendo de não ter um espaço*

*assim que a gente conseguisse reivindicar nossos direitos, como por exemplo esse comportamento dos meninos, poderíamos levar para discutir e ser resolvido, mas não temos esse espaço. (Participante 7)*

*Se o colégio tivesse estrutura para incentivar, tipo assim, pegasse e falasse com o pessoal que nem nesse momento que a gente tá tendo aqui sobre política, acho que a maioria ia agradecer porque a gente não tem esses debates no colégio. Se lá no 1º ano a gente tivesse esse espaço, no 3º ano já teríamos uma base sobre assuntos importantes, sobre saber em quem votar por exemplo. (Participante 4)*

*Eu acho muito legal a ideia, mas daí se a gente toma a iniciativa de organizar um grêmio estudantil, nós estamos no 3º ano, vamos nos formar, quem vai dar continuidade nesse movimento no próximo ano? Eu não vejo essa vontade nos outros, são poucas pessoas que se interessam por isso, é só bagunça, é uma bolha mesmo. (Participante 8)*

Francisco Martins e Juarez Dayrell (2013), afirmam que o grêmio estudantil está inserido na dinâmica escolar e trata-se de uma instituição que representa legalmente os interesses dos estudantes. Também caracteriza-se por um espaço educativo, que para além da sala de aula, possui um potencial formativo que relaciona o fazer à prática.

A interlocução entre movimento social e educação existe por meio das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Estas podem ocorrer na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, bem como no interior do próprio movimento social, de acordo com o caráter educativo de suas ações (Gohn, 2011).

## **AVANÇOS SOBRE OPRESSÃO DE GÊNERO**

Neste tema, as alunas expuseram o quanto alguns comportamentos masculinos ainda as incomodam. As mesmas correlacionaram posicionamentos machistas e sexistas à desistência e/ou falta de mais candidatas mulheres na política.

De fato, houve avanços acerca da ocupação de espaço pelas mulheres, mas ainda há muito para progredir. Em 2024 foi lançado o programa ‘Você Ainda Vai Votar Nelas’, que se propõe a selecionar mulheres entre 18 e 24 anos que desejam se tornar vereadoras. No entanto, especialistas, representantes políticas e futuras candidatas comentam a falta de mulheres jovens como representantes políticas (Portal G1, 2024).

*Eu acho que hoje tem mais mulheres fazendo propaganda, aparecendo na tv e acho que isso motiva de alguma forma que as mulheres comecem a ocupar os espaços. Acho que está mudando aos poucos. (Participante 7)*

A ideia de que um aumento da representação e presença de mulheres em espaços culturalmente definidos como “masculinos” gera um aumento na motivação de outras mulheres na ocupação destes lugares é central para a discussão da representatividade. Entretanto, a noção de que a mera presença de mulheres produziria mudanças automáticas no funcionamento das instituições é errônea, devido ao viés sexista que opera na raiz das instituições (Lovenduski, 2019). Já que a representação política por si só seria entendida como insuficiente, Rabenhorst e Camargo (2013) defendem a importância da mudança da representação social da mulher, do significado atribuído pelas pessoas de forma coletiva às mulheres. As/os autoras/es advogam por uma flexibilização da estrutura de referência do que é ser mulher, de modo a abrir o leque de possibilidades de modos de existência e subjetividade das mulheres.

*E provavelmente tem mulheres que pensam em se candidatar, mas desistem quando se questionam: será que eu quero passar por tudo isso? Eu mesma jamais me candidataria. (Participante 8)*

As escolhas profissionais estão carregadas de significados capazes de aproximar ou distanciar mulheres de certas possibilidades de carreira, seja por razões de aprendizado, razões sociais ou pelos símbolos que permeiam o exercício de cada tipo de atividade (Barros & Mourão, 2018). Assim, as mulheres são vistas com maior propensão a terem formação em saúde e educação, enquanto os homens procuram carreiras como direito e negócios, portanto, formações administrativas estariam mais associadas à política, e criariam barreiras para que as mulheres alcançassem cargos elevados em suas trajetórias políticas (CAWP, 2015). Ademais, a violência política e o assédio político contra as mulheres também corroboram para a sub-representação das mulheres nos espaços de poder e decisão (Câmara dos Deputados, 2019).

As participantes também relataram situações acerca do machismo e sexismo, presente no comportamento cotidiano de seus colegas homens. O machismo se caracteriza por uma atitude de arrogância dos homens contra as mulheres e se fundamenta na lógica de que a capacidade das mulheres para desenvolverem com qualidade as mesmas atividades que os homens exercem na vida social, cultural, política e econômica é questionada (Silva, 2010).

*Acontece muita coisa, tipo assim, às vezes eles fazem uns comentários brincando, mas que na verdade não é brincadeira, é desrespeitoso... ou então os caras que ficam numa disputa que falam que são mais fortes que nós mulheres, isso cansa, eles têm 16, 17 anos mas parece que não tem cabeça, eu acho muito errado isso. Tem vezes que eles falam que a gente não pode fazer tal coisa porque é mulher, por exemplo, eu gosto de jogar bola e os guris falam que eu não sei jogar, eu fico triste e muito decepcionada com esse tipo de comportamento. (Participante 7)*

Deste modo, pode-se pressupor que também existe uma falta de discussão acerca das relações de gênero nas escolas, bem como projetos que contemplem práticas educativas em torno desta temática (Fialho & Sousa, 2019). Adolfo Pizzinato et al. (2020), referem que em 2014, o Plano Nacional de Educação, que regula as diretrizes da área por uma década, exclui qualquer referência a gênero. Este movimento se deu devido à pressão de grupos religiosos e o avanço da extrema-direita no Brasil.

*Acho que o maior problema é o tipo de criação que esses caras têm, porque tem uma minoria que nos respeita, mas tem cada um... mas a nossa turma vive numa bolha que não sabem coisas óbvias... mas acho que é confortável para eles ficarem nessa bolha e não buscarem informações, falta amadurecimento também. (Participante 8)*

*O que mais me assusta é essas discussões estarem acontecendo ainda em 2023, uma questão bem antiga e que ainda é questionada até hoje. Penso que deveria ser algo de consenso de todo mundo, mas como que pode alguém não concordar com isso, é uma questão básica de direitos iguais e que não deveria estar em discussão. Infelizmente tem mulher mais competente que homem e que ganha menos, isso é um absurdo, mas pelo que vemos a sociedade não está preparada para essa conversa. (Participante 4)*

No entanto, as relações de gênero estabelecidas pelo machismo e pelo sexismo continuam muito presentes na sociedade. Estas relações foram construídas historicamente e demarcam quais papéis sociais são atribuídos a homens e mulheres (Silva & Mendes, 2015), moldando as experiências políticas de mulheres e meninas. Historicamente construídas, essas relações delimitam papéis sociais e expectativas diferenciadas para homens e mulheres, perpetuando desigualdades de poder e oportunidades. A política,

como esfera tradicionalmente masculina, é permeada por estereótipos de gênero que desvalorizam as competências e experiências femininas, dificultando a participação efetiva das mulheres na tomada de decisões. As meninas, desde cedo, são socializadas para ocupar papéis subalternos e a política é frequentemente apresentada como um espaço distante e pouco relevante para suas vidas. Essa naturalização de papéis de gênero limita o potencial das mulheres e das meninas, perpetuando um cenário político majoritariamente masculino e pouco representativo das diversas realidades sociais.

Os resultados deste estudo possuem implicações importantes para a pesquisa em educação e gênero, ao evidenciarem a necessidade de aprofundar as investigações sobre as percepções e experiências de jovens mulheres em relação à política e às relações de gênero no contexto escolar. Do ponto de vista prático, a pesquisa sinaliza a urgência de intervenções pedagógicas que promovam a discussão crítica sobre gênero, poder e cidadania. A implementação de projetos pedagógicos que incorporem temáticas como feminismo, diversidade sexual e direitos humanos pode contribuir para a formação de sujeitos mais conscientes e engajados na transformação social. Além disso, é fundamental que as escolas ofereçam espaços seguros para o diálogo e a construção coletiva do conhecimento, onde as estudantes se sintam à vontade para expressar suas opiniões e questionar a ordem social estabelecida. Nesse sentido, a formação continuada de professores e educadores sobre questões de gênero e diversidade é essencial para garantir a qualidade e a relevância das práticas pedagógicas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo explorou as percepções de alunas de ensino médio de uma escola pública de Porto Alegre/RS sobre política, relações de gênero e movimentos estudantis. Os achados evidenciam uma juventude motivada e engajada, porém, ainda confrontada com obstáculos significativos. As discussões em grupo focal revelaram a complexidade da participação feminina na política e a necessidade de superação de estereótipos de gênero e de um modelo educacional que muitas vezes limita o pensamento crítico e a discussão política.

Os resultados indicaram três temas centrais discutidos no grupo focal, a pressão cotidiana das meninas por adequação, um primeiro obstáculo para terem suas opiniões ouvidas; a necessidade de discutir política nas escolas, tendo em vista o direito ao voto e a participação política das jovens; e os desafios, apesar das conquistas femininas, para solucionar a opressão de gênero. Tudo isso, revela o descaso que é a ausência de temáticas tão fundamentais para a formação da cidadania e do pensamento crítico das alunas no espaço escolar.

Uma limitação do estudo foi a amostra, que se restringiu a uma escola, o que pode ter reduzido a diversidade de experiências. Estudos futuros podem incluir múltiplas escolas e regiões, bem como diversificar contextos socioeconômicos e culturais ou os métodos de coleta de dados para ampliar essa diversidade de experiências. Além disso, incluir a perspectiva de educadoras e cuidadoras pode proporcionar uma maior compreensão sobre fatores que dificultam a inclusão das discussões sobre política nas escolas. O presente estudo também priorizou o conteúdo da fala das participantes, de modo a não incluir a dinâmica relacional e demais interações do grupo focal, o que pode ser entendido como uma limitação do estudo, visto que o grau de influência e sugestibilidade das participantes não foi abordado nos resultados.

Por mais que exista motivação por parte da juventude atual, ainda assim encontram-se entraves no meio do caminho. Estas dificuldades perpassam questões acerca da realidade conservadora brasileira, bem como o modelo educacional proposto pelas escolas atualmente. As potencialidades políticas da educação brasileira são inúmeras, mas devem ser reconhecidas e devidamente valorizadas dentro dos espaços que deveriam estar sendo discutidas. A transformação do espaço escolar em um ambiente que nutre e encoraja o debate e o engajamento político pode ser um passo crucial para alcançar uma sociedade mais equitativa. Promover uma educação que estimule o pensamento crítico e a participação política, especialmente das jovens mulheres, é um dos fatores principais na luta contra a opressão de gênero.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, C., Lüchmann, L., & Ribeiro, E.** (2012). Associativismo e representação política feminina no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 8, 237-263.
- Backes, D. S., Colomé, J. S., Erdmann, R. H., & Lunardi, V. L.** (2011). Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. *O mundo da Saúde*, 35(4), 438-442. [http://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/artigos/grupo\\_focal\\_como\\_tecnica\\_coleta\\_analise\\_dados\\_pesquisa\\_qualitativa.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/artigos/grupo_focal_como_tecnica_coleta_analise_dados_pesquisa_qualitativa.pdf)
- Barbour, R.** (2009). *Grupos Focais*. Artmed.
- Barros, S. C. V. & Mourão, L.** (2018). Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. *Psicologia & Sociedade*, 30, e174090. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30174090>
- Biroli, F.** (2010). Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 90, 45-69. <https://doi.org/10.4000/rccs.1765>
- Biroli, F.** (2018). *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Boitempo Editorial.
- Brasil, M. V., Cúnico, S. D., & Costa, A. B.** (2022). Gênero sob ataque: atravessamentos da suposta neutralidade política na pauta educacional brasileira. *Polis e Psique*, 12(1), 119-146. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.110786>
- Butler, J.** (1997). *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. Routledge.
- Câmara dos Deputados** (2019). *Violência Política de Gênero, a maior vítima é a democracia*. Autor. <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/violencia-politica-de-genero-a-maior-vitima-e-a-democracia#:~:text=A%20viol%C3%Aancia%20pol%C3%ADtica%20de%20g%C3%AAnero,eleitas%20e%20durante%20o%20mandato>
- Camargo, B. V. & Justo, A. M.** (2013). IRAMU-TEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. <https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16>
- Center for American Women and Politics – CAWP** (2015). “*Research Inventory: American Women and Politics*.” <http://www.politicalparity.org/research-inventory/>
- Constituição da República Federativa do Brasil** (1988, 05 out.) *Constituição Federal*. Senado Federal.
- Fialho, L. M. F. & Sousa, F. G. A.** (2019). Feminismo e machismo na escola: desafios para a educação contemporânea. *Interfaces Científicas - Educação*, 8(1), 51-58. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2019v8n1p51-58>
- Gohn, M. da G.** (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação* 16(47), 333-361. <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>
- Grossi, M. G. R., Borja, S. D. B., Lopes, A. M., & Andalécio, A. M. L.** (2016). As mulheres praticando ciência no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 24(1), 11-30. <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p11>
- Hryniewicz, L. G. C. & Vianna, M. A.** (2018). Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. *Cadernos EBAPE.BR*, 16(3), 331-344. <https://doi.org/10.1590/1679-395174876>
- Jesus, C. C. & Almeida, I. F.** (2016). O movimento feminista e as redefinições da mulher na sociedade após a Segunda Guerra Mundial. *Boletim Historiar*, 14, 09-27. <http://seer.ufs.br/index.php/historiar>
- Karawejczyk, M.** (2020). *As filhas de Eva querem votar: uma história da conquista do sufrágio feminino no Brasil*. EDIPUCRS.

- Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.* (2014). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Presidência da República.
- Lima, J. M. de & Schulz, R. M.** (2014). Política e Gênero: uma discussão teórica sobre a participação da mulher na política brasileira. In *Anais do III Seminário Internacional de Ciências Sociais – Ciência Política* Universidade Federal do Pampa. <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciapolitica/files/2014/06/Buscando-o-Sul-2014.pdf>
- Lovenduski, Joni** (2019). Feminist Reflections on Representative Democracy. *The Political Quarterly*, 90 (S1), 18-35. <https://doi.org/10.1111/1467-923X.12563>
- Marková, I.** (2004). Langage et communication en psychologie sociale: dialoguer dans les focus groups. *Bulletin de Psychologie*, 57(3), 231-236. [http://www.bulletindepsychologie.net/vente/Les%20groupes%20centres%20\(focus%20groups\).pdf?PHPSESSID=b25ede9142c18b6d624bf119c11f71bd](http://www.bulletindepsychologie.net/vente/Les%20groupes%20centres%20(focus%20groups).pdf?PHPSESSID=b25ede9142c18b6d624bf119c11f71bd)
- Marques, T. C. de N.** (2019). *O voto feminino no Brasil*. Câmara dos Deputados, Edições Câmara.
- Martins, F. A. S. & Dayrell, J. T.** (2013). Juventude e participação: o grêmio estudantil como espaço educativo. *Educação & Realidade*, 38(4), 1267-1282. <https://www.scielo.br/j/edreal/a/Nw-qt3MSmX8PbD4wtdpqGPDx/#>
- Miguel, L. F.** (2016). Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, 7(15), 590-621. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>
- Neves, D. M.** (2016). Normas face ao gênero e à diversidade sexual: mudanças inacabadas nos discursos juvenis. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 82, 89-102. doi: 10.7458/SPP2016824685
- Oliveira, T. D., Copatti, C., & Callai, H. C.** (2018). A educação na constituição do sujeito: reflexões numa perspectiva cidadã. *Revista Eletrônica da Graduação/Pós-Graduação em Educação*, UFG/REJ, 14(2), 1-13. <https://revistas.ufg.edu.br/rir/article/view/53685>
- Passarelli, B.** (2020). Jovens brasileiros em conectividade contínua: estudos e tendências. *Revista Juventude e Políticas Públicas*, Brasília, 1(nspe.), 1-16. doi: 10.22477/rjpp.v1iEE.125
- Paula, L. T., Silva, T. dos R. S., & Blanco, Y. A.** (2018). Pós-verdade e fontes de informação: um estudo sobre fake news. *Revista Conhecimento em Ação*, Rio de Janeiro, 3(1), 93-110. <https://doi.org/10.47681/rca.v3i1.16764>
- Pizzinato, A., Almeida-Segundo, D. S., & Uziel, A. P.** (2020). Gênero e Sexualidade: Análise das Publicações na Revista Psicologia: Ciência e Profissão (1995-2019). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e237767. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003237767>
- Portal CNN** (2024). Governo do Paraná manda recolher o livro “O Averso da Pele” das escolas estaduais. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/governo-do-parana-manda-recolher-o-livro-o-avesso-da-pele-das-escolas-estaduais/>
- Portal G1** (2024). Iniciativa tenta impulsionar candidatura de mulheres jovens a vereadoras. Eleições 2024 em São Paulo. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2024/noticia/2024/02/20/iniciativa-tenta-impulsionar-candidatura-de-mulheres-jovens-a-vereadoras.ghtml>
- Rabenhorst, E. R. & Camargo, R. P. do A.** (2013). (Re)presentar: contribuições das teorias feministas à noção da representação. *Revista Estudos Feministas*, 21(3), 981-1000.
- Rodrigues, R. R. & Resende, V. M.** (2020). Mensagem de fim de ano e blitz em escolas: discurso, violência e ameaça no Programa Escola Sem Partido no Brasil. *Linguagem Em (dis)curso*, 20(1). <https://doi.org/10.1590/1982-4017-200110-3919>
- Silva, S. G. da** (2010). Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(3), 556-571.

**Silva, M. C. & Mendes, O. M.** (2015). As marcas do machismo no cotidiano escolar. *Caderno Espaço Feminino*, 28(1), 90-99. <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/31723>

**Simões, R. B. & Amaral, I.** (2020). Pós-feminismo, pós-racialismo e pós-colonialismo: a cobertura mediática da campanha de Joacine Katar Moreira. *ex æquo*, 42, 135-152, 2020. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2020.42.08>

<b>Histórico</b>	<i>Submissão: 04/03/2024 Revisão: 23/05/2024 Aceite: 04/08/2024</i>
<b>Editor científico</b>	<i>Dra. Marivete Gesser</i>
<b>Contribuição dos autores</b>	<i>Conceitualização: CGN; DSA; IGBE; ABC Curadoria de dados: CGN; DSA; IGBE; ABC Análise formal: CGN; DSA; IGBE; ABC Investigação: CGN; DSA; IGBE; ABC Metodologia: CGN; DSA; IGBE; ABC Escrita original: Escrita - revisão e edição: CGN; DSA; IGBE; ABC</i>
<b>Financiamento</b>	<i>Não houve financiamento.</i>
<b>Consentimento de uso de imagem</b>	<i>Não se aplica</i>
<b>Aprovação, ética e consentimento</b>	<i>O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CAAE: 58069922.0.0000.5336).</i>